

<h1>PLA 4</h1>	
EXAME DE PROFICIÊNCIA EM PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA PROCESSOS SELETIVOS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFMG	
ÁREA Nº 4: LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	
IDENTIFICAÇÃO	
CPF:	
DATA:	NOTA:

INSTRUÇÕES:

1. Esta prova é constituída de 1 (um) texto em língua portuguesa, seguido de 5 (cinco) questões abertas, totalizando, com esta folha de rosto, 10 (dez), páginas. Caso identifique qualquer problema, solicite a substituição da prova.
2. Leia atentamente o texto e responda às questões propostas. As questões deverão ser respondidas em **português, a tinta** (cor azul ou preta; provas respondidas a lápis **não serão corrigidas**) e com letra **legível**.
3. A duração da prova é de **3 (três) horas**.
4. **É** permitido o uso de dicionário impresso. O candidato deverá utilizar seu próprio exemplar.
5. Os rascunhos deverão ser entregues ao examinador, junto com a prova: texto e questões.
6. Responda às questões **de acordo com o texto**.

Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico

Gilvan Müller de Oliveira

(Publicado em Moura e Silva (Org.). O direito à fala. A questão do preconceito lingüístico. Florianópolis, Editora Insular, 2000, 127 p.)

A concepção que se tem do país é a de que aqui se fala **uma única** língua, a língua portuguesa. Ser brasileiro e falar o português (do Brasil) são, nessa concepção, sinônimos. Trata-se de preconceito, de desconhecimento da realidade ou antes de um projeto político - intencional, portanto - de construir um país monolíngüe?

Em algum nível todos esses fatos andam juntos. Não é por casualidade que se conhecem algumas coisas e se desconhecem outras: conhecimento e desconhecimento são produzidos **ativamente**, a partir de óticas ideológicas determinadas, construídas historicamente. No nosso caso, produziu-se o “conhecimento” de que no Brasil se fala o português, e o “desconhecimento” de que muitas outras línguas foram e **são** igualmente faladas. O fato de que as pessoas aceitem, sem discutir, como se fosse um “fato natural”, que o “português é a língua do Brasil” foi e é fundamental, para obter consenso das maiorias para as políticas de repressão às outras línguas, hoje minoritárias.

Para compreendermos a questão é preciso trazer alguns dados: no Brasil de hoje são falados por volta de 200 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 170 línguas (chamadas de *autóctones*), e as comunidades de descendentes de imigrantes outras 30 línguas (chamadas de línguas *alóctones*). Somos, portanto, como a maioria dos países do mundo - em 94% dos países do mundo são faladas mais de uma língua - um país de muitas línguas, plurilíngüe.

Se olharmos para nosso passado veremos que fomos, durante a maior parte da nossa história, ainda muito mais do que hoje, um território plurilíngüe: quando aqui aportaram os portugueses, há 500 anos, falavam-se no país, segundo estimativas de Rodrigues (1993: 23), cerca de 1.078 línguas indígenas, situação de plurilingüismo semelhante à que ocorre hoje nas Filipinas (com 160 línguas), no México (com 241), na Índia (com 391) ou, ainda, na Indonésia (com 663 línguas).

O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima,

considerando-a “companheira do Império” (Fernão de Oliveira, na primeira gramática da língua portuguesa, em 1536). A política lingüística do estado sempre foi a de **reduzir** o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas) através de *deslocamento lingüístico*, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa. A história lingüística do Brasil poderia ser contada pela seqüência de políticas lingüísticas homogeneizadoras e repressivas e pelos resultados que alcançaram: somente na primeira metade deste século, segundo Darcy Ribeiro, 67 línguas indígenas desapareceram no Brasil - mais de uma por ano, portanto (Rodrigues, 1993:23). Das 1.078 línguas faladas no ano de 1500 ficamos com cerca de 170 no ano 2000, (somente 15% do total) e várias destas 170 encontram-se já moribundas, faladas por populações diminutas e com poucas chances de resistir ao avanço da língua dominante.

Essa ação do estado pode ser observada, por exemplo, no *Diretório dos Índios*, de 1758, documento com o qual o Marquês de Pombal pretendeu legislar sobre a vida dos índios - primeiro só da Amazônia, depois de todo o Brasil - no período subsequente à expulsão dos Jesuítas. A intenção expressa, de “civilizar” os índios, realiza-se através da imposição do português, língua do Príncipe. [...]

Naquele momento histórico, o documento de Pombal volta-se sobretudo contra a *língua geral*, o tupi da costa do Brasil transformado em língua veicular de índios, brancos e negros em vastas porções do território, especialmente na Amazônia, onde também foi e é chamada de *nheengatu*. O documento marca o início do ocaso desta importante língua veicular, ocaso que vai se acelerar com a chacina de cerca de 40.000 pessoas falantes de *nheengatu*, índios e negros que pegaram em armas contra a dominação “branca” na revolução denominada *Cabanagem*, entre 1834 e 1841 (Bessa Freire, 1983:65). O processo vai se consumir com o desaparecimento do *nheengatu* em grande parte da Amazônia - mas não em toda - fato causado pela chegada de 300 a 500 mil nordestinos, falantes monolíngües de português, entre 1870, quando começa o ciclo da borracha e 1918, final da Primeira Guerra Mundial. Hoje, apesar desse processo de *deslocamento lingüístico* que o substituiu pelo português nas calhas da maioria dos grandes rios, o *nheengatu* resiste “entre a cidade de Manaus e as malocas do Alto Rio Negro, numa área aproximada de 300.000 km² (...) o *nheengatu* é o instrumento de comunicação usual da população que aí reside e a língua de comércio” (Bessa Freire, 1983:73).

[...]

Não devemos imaginar, entretanto, que leis como o Diretório tenham, por si só, mudado o perfil lingüístico do país, ou que tenham sido “obedecidas” tranqüilamente pela população. O historiador José Honório Rodrigues chama nossa atenção para a **resistência** que os diversos grupos lingüísticos do país opuseram contra as políticas de homogeneização e glotocídio, numa verdadeira *guerra de línguas*:

Numa sociedade dividida em castas, em raças, classes, mesmo quando é evidente o processo de unificação da língua, especialmente num continente como o Brasil, onde durante três séculos combateram várias línguas indígenas e negras contra uma branca, não havia nem paz cultural, nem paz lingüística. Havia, sim, um permanente estado de guerra. (...) O processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas (Rodrigues, 1985: 42)

Não só os índios foram vítimas da política lingüística dos Estados lusitano e brasileiro: também os imigrantes - chegados principalmente depois de 1850 - e seus descendentes passaram por violenta repressão lingüística e cultural - já que a língua naturalmente é parte da cultura. O Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, marca o ponto alto da repressão às línguas *alóctones*, através do processo que ficou conhecido como “*nacionalização do ensino*” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura minifundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão lingüística, através do conceito jurídico de “*crime idiomático*”, inventado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão.

Durante o Estado Novo, mas sobretudo entre 1941 e 1945, o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas, que pelo número de falantes eram bastante mais importantes que as línguas indígenas na mesma época: **644.458** pessoas, em sua maioria absoluta cidadãos brasileiros, nascidos aqui, falavam

alemão cotidianamente no lar, numa população nacional total estimada em 50 milhões de habitantes, e **458.054** falavam italiano, dados do censo do IBGE de 1940 (Mortara, 1950). Essas línguas perderam sua forma escrita e seu lugar nas cidades, passando seus falantes a usá-las apenas oralmente e cada vez mais na zona rural, em âmbitos comunicacionais cada vez menos extensos.

O estado de Santa Catarina, na gestão do governador e depois interventor Nereu Ramos, montou campos de concentração, chamados eufemisticamente de “áreas de confinamento”, para descendentes de alemães que insistissem em falar sua língua, entre outras razões (Dall’Alba, João Leonir. *Colonos e mineiros na grande Orleans*. Orleans, edição do autor e do Instituto São José, 1986). Um desses campos funcionou dentro do que é hoje o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, mais especificamente a Prefeitura Universitária. A lista com os nome dos prisioneiros confinados nesse campo foi publicada por Perazzo, Cristina Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1999, p. 239-44)

A partir do recrudescimento do processo, em 1942, as prisões aumentaram, passando, no município de Blumenau, por exemplo, de 282 em 1941, em sua maioria por ocorrências comuns, como embriaguez ou briga em bailes, para 861 no ano seguinte, das quais 271, isto é, 31,5% , pela única razão de se ter falado uma “língua estrangeira”. Isto significou a prisão de 1,5% de toda a população do município no decorrer deste ano e levou ao silenciamento da população. No mesmo ano o Exército Brasileiro, mais especificamente o 32º Batalhão de Caçadores, composto sobretudo de soldados transferidos do Nordeste, deslocados para Blumenau para “ensinar aos catarinenses a serem brasileiros”, carimbou toda a correspondência para o Vale do Itajaí com a frase do ex-governador e ex-ministro das relações exteriores, Lauro Müller: “Quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou é traidor” (Nogueira, Ruy Alencar. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, 1947, p. 13). A ação “nacionalizadora” do Exército, entretanto, data de muito antes. [...]

A Polícia Militar, em Santa Catarina como em outros estados, prendeu e torturou e obrigou as pessoas a deixar suas casas em determinadas “zonas de segurança nacional”. Mais grave que tudo isso: a escola da “nacionalização” estimulou as crianças a denunciar os pais que falassem alemão ou italiano em casa, criando seqüelas psicológicas insuperáveis para esses cidadãos que, em sua grande maioria, eram e se consideravam brasileiros, ainda que falando alemão.

Um dos fatos mais trágicos, entretanto, é que encontramos na nossa história muito poucas vozes que se opuseram ao esmagador processo de homogeneização, mesmo entre os intelectuais brasileiros. “*Causa perplexidade*”, afirma Simon Schwartzman (et alii: 1984, 72) “*o fato de nunca ter havido, por parte das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista*”

Para a lingüística brasileira, da forma como ela está estruturada nas nossas universidades hoje, o estudo da diversidade lingüística, isto é, do plurilingüismo, tem um lugar apenas modesto nos esforços de pesquisa. Quando se fala em diversidade lingüística muitas vezes se pensa na diversidade interna à própria língua portuguesa, o que decorre, entre outras razões, do predomínio, no país, de uma sociolingüística de cunho laboviano que poderíamos chamar de “sociolingüística do monolingüismo”. Menor ainda é preocupação de contribuir para garantir, às populações que não falam português, seus *direitos lingüísticos*, através, por exemplo, de intervenções políticas nos órgãos responsáveis ou na mídia.

[...]

A História nos mostra que poderíamos ter sido um país ainda muito mais plurilíngüe, não fossem as repetidas investidas do Estado (e das instituições aliadas, ou ainda a omissão de grande parte dos intelectuais) contra a diversidade cultural e lingüística. Essa mesma História nos mostra, entretanto, que não **fomos** apenas um país multicultural e plurilíngüe: **somos** um país pluricultural e multilíngüe, não só pela **atual** diversidade de línguas faladas no território, mas ainda pela grande diversidade interna da língua portuguesa aqui falada, obscurecida por outro preconceito, o de que o português é uma língua sem dialetos. Finalmente, ainda, somos plurilíngües porque estamos presenciando o aparecimento de “novos bilinguismos”, desencadeados pelos processos de formação de blocos regionais de países, no nosso caso o Mercosul, que acompanha outras iniciativas como a União Européia e o Tlcan (Nafta). Esses processos desencadeiam novos movimentos migratórios, novos fatos demolingüísticos e novas configurações para o chamado “bilinguismo por opção”, isto é, novas orientações para o aprendizado de línguas estrangeiras. É de se esperar que ocasionem ainda novos tipos de *deslocamentos lingüísticos*.

E porque, também, da mesma forma que se resistiu aos processos de homogeneização na época da Colônia, resistência continua sendo oposta, seja pelos movimentos indígenas organizados, seja por outros grupos, falantes das línguas de imigração ou de variedades

discriminadas do português. Prova disso é que a Constituição de 1988 reconhece aos índios o direito às suas línguas, pelo menos no aparato escolar, em dois artigos (210 e 231), fato que foi regulamentado pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, também em dois artigos (78 e 79). Esse é um fato muito novo na história das legislações brasileiras, tão ciosas em “integrar o índio”, isto é, fazer com que ele deixasse de ser o que era, para se transformar em outra coisa: mão-de-obra nas grandes propriedades ou nas periferias das grandes cidades. Diga-se de passagem que esse direitos foram ancorados na Constituição por ativa participação do movimento indígena no processo da constituinte.

Conceber uma identidade entre a “língua portuguesa” e a “nação brasileira” sempre foi uma forma de excluir importantes grupos étnicos e lingüísticos da nacionalidade; ou de querer reduzir estes grupos, no mais das vezes à força, ao formato “lusobrasileiro”. Muito mais interessante seria redefinir o *conceito de nacionalidade*, tornando-o plural e aberto à diversidade: seria mais democrático e culturalmente mais enriquecedor, menos violento e discricionário, e permitiria que conseguíssemos nos relacionar de uma forma mais honesta com a nossa própria história: nem tentando camuflar e maquilar o passado, escondendo os horrores das guerras, dos massacres e da escravidão que nos constituíram, nem vendo a história apenas como uma seqüência de denúncias a serem feitas.

[...]

Bibliografia

- ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Brasília, UnB, 1997. (Com fac-símile do Diretório dos Índios em apêndice).
- BESSA FREIRE, José. "Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira". In Ameríndia n° 8, 1983.
- BORN, Joachim. "Minorités germanophones au Brésil: Efforts de maintien linguistique et enseignement de l'allemand langue étrangère au Rio Grande do Sul". In Labrie, Normand (ed.). Etudes récentes en linguistique de contact. Bonn, (1997). Dümmler, p. 13-26
- CALVET, Louis-Jean. **La guerre des langues et les politiques linguistiques**. Paris, Hachette Littératures, 1999, 2ª edição.
- CALVET, Louis-Jean. **Pour une écologie des langues du monde**. Paris, Plon, 1999.
- DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros na grande Orleans**. Orleans, edição do autor e do Instituto São José, 1986.
- FIORI, Neide Almeida. "Rumos do Nacionalismo Brasileiro nos Tempos da Segunda Guerra Mundial: o "Nacional" e as Minorias Étnicas "Inimigas" (I). In Número Especial dos Cadernos de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ Sociedade Brasileira de Sociologia. Vol. IV, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1993.
- FIORI, Neide Almeida "Homogeneidade Cultural Brasileira: Estratégias Governamentais sob o Estado Novo". In Número Especial dos Cadernos de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995.
- FIORI, Neide Almeida. "A cultura lusobrasileira ameaçada? Controvérsias dos tempos da Segunda Guerra Mundial". In Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares. Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa, 1996. V. II, p. 621-29.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- MORTARA, Giorgio. **Estudo sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatística Cultural n° 2, 1950a.
- MORTARA, Giorgio. "Línguas Estrangeiras e Aborígenes faladas no Lar, no Estado de Santa Catarina". In Revista Brasileira dos Municípios, 3, n° 11, Rio de Janeiro, p. 673- 704, 1950b.
- MORTARA, Giorgio. "Línguas faladas no lar pela população do Estado do Mato Grosso". In Estudos sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatística Cultural n° 2, p. 94-105, 1950c.
- MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan e OLIVEIRA, Silvia M. de. "Formação de Professores Indígenas: um caso de política lingüística nas comunidades Kaingang". In Espaços da Escola, Ijuí (RS), Editora da UNIJUÍ, ano 4, n° 25, jul. / set. 1997, p. 55-64.
- MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan. "Políticas Lingüísticas no Brasil Meridional: os censos de 1940 e 1950". In Elvira Narvaja de Arnoux. Actas del Congreso Internacional 'Políticas Lingüísticas para América Latina' (26 a 29 de novembro de 1997). Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1999, p. 405-16.
- PELLICER, Dora. "Oralidad y escritura de la literatura indígena: una aproximación histórica". In Carlos Montemayor (coord.), Situación actual y perspectivas de la literatura en lenguas indígenas. México, Dirección General de Publicaciones del Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1993, p. 15-54.
- RODRIGUES, José Honório. "A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial". In História Viva. São Paulo, Global Universitária, 1985 (Série História)
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. "Línguas Indígenas. 500 anos de descobertas e perdas". In Ciência Hoje, vol. 16, n 95, novembro de 1993
- SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984.
- TONIAL, Honório. **Adesso Imparemo**. Porto Alegre, Sagra - D.C. Luzzatto Editores, 1995

Questões:

1. Aponte duas políticas de homogeneização linguística implementadas no Brasil.

2. Cite dois exemplos de resistência a políticas de homogeneização linguística.

3. Como o autor se posiciona em relação ao estudo do plurilinguismo por parte da Linguística brasileira?
